

O REINO DE PORTUGAL E AS GRANDES NAVEGAÇÕES DO SÉCULO XV

META

Apresentar as origens do Reino de Portugal e o caminho que o levou ao processo de expansão comercial e marítima.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

conhecer as origens do Reino de Portugal e relacionar o processo de reconquista cristã com a formação do Estado português;

conhecer os conceitos de modernidade e de expansão comercial e marítima;

compreender o contexto europeu, relacionando a Crise do Século XIV e a Revolução Comercial com o processo de expansão marítima de Portugal;

refletir sobre os múltiplos fatores e motivações que levaram à expansão marítima de Portugal;

conhecer e compreender as etapas da expansão comercial e marítima de Portugal;

ampliar o vocabulário e os conhecimentos geo-históricos.



(Fonte: <http://www.brasilecola.com>)

INTRODUÇÃO

O nosso curso de História do Brasil I abrange o período entre 1500 e 1808. A este período damos o nome de Brasil Colônia. São mais de três séculos de História, os quais coincidem com aquilo que costumamos chamar de Idade Moderna. Podemos definir a modernidade como um longo processo que corresponde à passagem da formação social feudal para a formação social capitalista. Neste processo há uma convivência de dois mundos, em que assistimos, independentemente da vontade individual de cada homem, à desagregação das estruturas feudais e emersão das estruturas capitalistas. O mundo feudal, também conhecido por Idade Média, é caracterizado por uma economia e sociedade agrárias, por uma vida rotineira e pouco afeita a mudanças, pelo domínio quase absoluto da Igreja Católica sob o cotidiano das pessoas. Um mundo em que prevalecia o trabalho compulsório (servidão e escravidão) e os privilégios políticos e sociais dos senhores de terras. As cidades eram pequenas e acanhadas. A maioria da população vivia em comunidades fechadas, nos campos, plantando e colhendo o sustento de cada dia sob o julgo de algum senhor, leigo ou eclesiástico. Aos poucos, estas estruturas entraram em declínio, e foram substituídas pelo trabalho livre, pela predominância da atividade comercial, pelo espírito aventureiro e individualista, por valores que colocam a riqueza acima de tudo. A modernidade é consequência das transformações ocorridas na sociedade medieval, as quais vão dar lugar a um mundo de conquistas, descobertas e revoluções.



O Mestre de Avis, enfreta os castelhanos na batalha de Aljubarrota, vencendo-os e consagrando D. João I Rei nas Cortes de Coimbra, dando início à segunda dinastia portuguesa, dita Avis. Onde a ascensão da realeza de Avis vai significar o início das Grandes Navegações.
(Fonte: <http://www.vidaslusofonas.pt>)

ATÉ AS GRANDES NAVEGAÇÕES

No limiar do século XVI, primeiro os espanhóis (ou castelhanos), depois os portugueses, chegaram a um território vasto e completamente desconhecido. Em contraste com a velha Europa, os europeus o chamaram de Novo Mundo. Era como se fosse outro planeta... Naquele tempo, tudo era muito diferente da realidade atual. Para início de conversa, o Brasil nem era chamado “Brasil”. O território era tão inóspito e assustador que ficou quase 50 anos no mais completo esquecimento, como se faltassem forças para a sua exploração e ocupação.

Nesta aula vamos estudar os motivos que levaram os espanhóis e portugueses a desafiarem o oceano Atlântico, em uma das mais espetaculares aventuras da espécie humana, comparada apenas à exploração do cosmo. De fato, é lugar comum, hoje em dia, a comparação entre os voos espaciais e o singrar das caravelas por mares “nunca antes navegados”. E não é para menos. Tanto no espaço sideral, quanto nos mares do século XV, os homens se lançavam rumo ao desconhecido, sem saber ao certo o que iriam encontrar, nem se iriam retornar... Precisavam de coragem e de muita motivação. Mas qual era exatamente essa motivação? O que levou os reinos de Portugal e Espanha (Castela) a uma aventura tão cara e tão arriscada? Para respondermos a estas questões temos que investigar o contexto europeu no período que antecede as Grandes Navegações.

O contexto europeu pode ser resumido em três questões decisivas, que atuaram como motores da modernidade: a Revolução Comercial, a Formação dos Estados e Monarquias Nacionais e a Crise do Século XIV. Iniciaremos caracterizando a Revolução Comercial. Este conceito passa a noção errônea de que, durante a Idade Média, a atividade comercial regrediu a ponto de desaparecer. Porém, naquele período, a atividade comercial nunca desapareceu, e sempre desempenhou papel importante na vida econômica e social da Europa. Havia o comércio local, de pequena monta, estabelecido para a troca de alimentos excedentes e produtos artesanais. Mas havia também o comércio de longa distância, que importava mercadorias produzidas nas fímbrias do mundo conhecido, monopolizado pelos grandes atacadistas e banqueiros da época. Constantinopla funcionava como entreposto de trocas entre os produtos trazidos das distantes Índia e China, tais como especiarias, corantes, sedas e joias. A Europa do norte remetia para o sul, peles, lã, madeira e metais. As cidades italianas eram o centro da atividade comercial. Por lá, desde o século XIII, circulava grande riqueza em mercadorias e moedas.

O aumento da produção agrícola (alimentos, peles e lã), a descoberta de novas jazidas de ouro e prata na Europa, impulsionaram a atividade comercial dando origem a um processo de expansão que os historiadores chamaram de Revolução Comercial. Nas encruzilhadas dos caminhos e

estradas, ou na sombra dos grandes castelos, surgiram as feiras, onde se trocavam mercadorias diversas, oriundas de terras distantes. Nestas ocasiões, negociantes, cambistas e operadores bancários se reuniam para trocar notícias, ideias, além de mercadorias e serviços. Uma feira podia durar até 50 dias e era um importante acontecimento econômico, político e social em suas respectivas regiões. O Reino de Portugal, desde a sua origem, sempre esteve envolvido no comércio de pequena ou longa distância. Em relação a este último, Portugal exportava sal, peixe seco, azeite, frutas secas e vinhos; e importava tecidos finos ou de lã, couros e peles, e especiarias.

Também no limiar da Idade Média, vamos assistir ao longo e penoso processo de formação dos Estados ou Monarquias Nacionais. Durante este processo, a Europa vai conviver com uma multiplicidade de unidades políticas e um delicado equilíbrio entre as ações centralizadoras dos reis, e as reações dos poderes locais (senhores de terras, senhores eclesiásticos, cidades livres etc.). Até que o processo de formação dos Estados nacionais se completasse, coexistiam em precária convivência, as cidades livres (comunas), os principados e ducados (leigos ou eclesiásticos), o Estado Pontifício (domínios territoriais da Igreja Católica na Itália), os Estados territoriais descentralizados (Sacro Império Romano Germânico) e os Estados territoriais centralizados. Entre estes últimos, está Portugal.

Finalmente, podemos falar agora da Crise do Século XIV. A revolução Comercial proporcionou o revigoramento do comércio, das atividades manufatureiras e artesanais, o crescimento das cidades, o êxodo rural e a crescente monetarização das atividades econômicas. Alguns historiadores chegam até a falar de um “capitalismo medieval”. Nada mais equivocado. O conceito de capitalismo não se aplica a esta época. Ainda estamos numa sociedade feudal, cujo crescimento desordenado padecia de graves pontos de estrangulamento. A expansão agrícola extensiva não possibilitou um aumento da produtividade. Mais terras eram incorporadas ao processo produtivo, mas a oferta de alimentos era incerta. Qualquer acidente natural (secas, pragas, cheias etc.) quebrava o precário equilíbrio entre oferta e procura de alimentos, gerando sucessivas crises alimentares que afetavam amplos setores da população. Os senhores de terras, por sua vez, se ressentiam da escassez de mão de obra, agravada pelas altas taxas de mortalidade. Havia a escassez de metais preciosos e incapacidade de manter o volume do comércio existente. Havia, por fim, as intermináveis guerras e os saques tão prejudiciais ao desenvolvimento econômico. Estes são alguns dos fatores que demonstram a ausência de sustentabilidade da expansão comercial.

Porém, o problema mais grave foi provocado pela pandemia de peste bubônica ocorrida entre 1347 e 1400. A expansão comercial e a insalubridade da vida urbana facilitavam a propagação do bacilo. A doença matava em três dias e não poupava ninguém. Dois terços da população europeia pereceram durante a pandemia. Em uma sociedade agrária, fenômenos

como este causam turbulentos efeitos sobre o tecido social tais como revoltas, abandono das cidades, escassez de mão de obra para arar os campos, aumento nos preços dos alimentos etc. Você nem imagina, caro estudante, o estado de desordem e desesperança vividos pela população naquela época. Cidades inteiras ficaram despovoadas. Os cadáveres se amontoavam nas ruas sem ter quem os enterrassem, os doentes eram abandonados à própria sorte. As pessoas se entregavam ao fanatismo religioso e à busca pelos culpados em trazer para o seio da cristandade aquela tenebrosa doença. Os judeus passaram a ser massacrados e perseguidos, como forma de expiar os pecados do mundo.

Por mais penosa que tenha sido a crise do século XIV, examinada hoje pelos historiadores, e em uma perspectiva de longa duração, o período entre 1350 e 1500 representou um freio no crescimento, permitindo que a economia se reorganizasse sob novas bases, e iniciasse um novo ciclo de crescimento lento e gradual, a partir de 1470.

A essa altura, você caro aluno, deve estar se perguntando o que tudo isso tem a ver com o pequenino Reino de Portugal e as Grandes Navegações. É exatamente isso que pretendemos mostrar agora. Não é possível compreender o Brasil Colônia sem o conhecimento da formação social portuguesa, começando por desvendar como e por que eles chegaram até aqui.

Portugal localiza-se na Ibéria (mais conhecida por Península Ibérica). A Ibéria integrava o antigo Império Romano e estava dividida em duas partes: Lusitânia e Hispânia. A partir de 411, a Ibéria vai conhecer sucessivas ondas de invasores (alanos, vândalos, suevos e visigodos), os quais vão provocar a desagregação das estruturas políticas e administrativas montadas pelos romanos. Foi a partir das tradições visigóticas, mescladas com as tradições cristãs, que se formou a sociedade medieval portuguesa. Na Ibéria, o classicismo romano foi completamente apagado. Exceto a denominação da porção oeste da península, que guardou durante muito tempo o topônimo Lusitânia. O senhor de terras da época romana, que era um empresário afeito à vida urbana, ao luxo e à riqueza, foi substituído pelo proprietário visigótico, que era um guerreiro rude. A vida se fechou em pequenas comunidades agrícolas praticamente autossuficientes, sob o domínio de um grande senhor (eclesiástico ou laico).

Em 711, os mouros ocupam a Ibéria. Os mouros eram mulçumanos, que naquele período estavam em franco processo de expansão. A partir da península arábica, conquistaram todo o norte da África, atravessando o estreito de Gibraltar e conquistando, também, todo território ibérico, com exceção da região ao norte do rio Ebro. Cem anos depois, tem início o processo de reconquista cristã, que se dá de forma descontínua e desigual, intercalado por períodos de guerra, avanços e retrocessos territoriais.

Portugal é fruto das guerras de reconquista. O que aconteceu foi o seguinte. Em 1090, como prêmio pela luta contra os mouros, o rei de Castela,

Afonso VI, entregou aos condes Raimundo e Henrique uma pequena faixa de terra ao sul da Galícia denominada Condado Portucalense (ou Portucale). Naquele momento, Portucale (Portugal) não passava de um feudo de fronteira, governado por uma dinastia vinda da Borgonha (na atual França), que tinha migrado para Ibéria através do casamento de Raimundo com Urraca (filha de Afonso VI). Cinquenta anos depois, aproximadamente (1139), Afonso Henriques, sucessor dos primeiros condes de Portucale, auto proclamou-se rei, rompendo assim os laços de fidelidade vassálica com o reino de Castela. Mas somente em 1143, Afonso VII, rei de Castela, reconhece a independência do novo reino ibérico. Afonso Henriques então, é coroado como Afonso I rei de Portugal.

Você deve se acostumar com esse apanágio da nobreza europeia que consiste em ser supranacional (aliás, o conceito de nação ainda nem existia) aparentada entre si através do casamento, e cujos nomes se repetem diversas vezes a ponto de cada um ser denominado com um numeral ordinal (primeiro, segundo etc) de acordo com a ordem de aparecimento em seu respectivo domínio. Vamos encontrar muitos “Afonso” na Península Ibérica, e muitos “Henriques” em toda Europa.

Afonso I e seus descendentes deram prosseguimento à expansão territorial do reino na própria Península, anexando terras pertencentes aos mouros, empurrando-os em direção ao sul até as praias do Algarves. Somente em 1297, o território português assume o tamanho que tem até hoje. Uma estreita faixa de terra, cercada ao leste por Castela e pelos domínios mulçumanos; ao norte pela Galícia; a oeste e ao sul pelo Oceano Atlântico. Não havia mais para onde crescer. A luta agora será pela soberania do reino e manutenção do território conquistado na península. As fronteiras orientais eram constantemente ameaçadas pelo avanço do reino de Castela, sempre ávido por anexar o antigo Condado Portucalense.

Agora você entende por que Portugal é fruto da guerra? O país vivia em constante estado de beligerância com seus vizinhos próximos. A monarquia portuguesa se formou na guerra, e muito cedo em relação aos demais estados europeus. Em um contexto conturbado, o rei sempre é obrigado a assumir uma posição de liderança incontestável. Em torno dele, se aglutinavam todas as classes sociais, desde a nobreza guerreira, passando pela burguesia comercial e financeira, até o povo em geral. O que estava em jogo era a independência do país. Por outro lado, a política estatal tendia a limitar progressivamente as imunidades gozadas pelo clero e pela nobreza, no sentido de impor a todo território, sem distinções, a autoridade real, traduzida no aparato judiciário e fazendário.

Até o final do século XIII e início do século XIV, Portugal (a exemplo do restante da Europa), vai viver uma época de grande prosperidade econômica. O número de feiras aumentou rapidamente e a articulação entre agricultura e comércio intensificou-se. Vejam o que diz o historiador português José Hermano Saraiva:

“As feiras tiveram um importante papel econômico e social. Ali se trocava a produção da terra por dinheiro, tornando possível a compra do que a terra não produzia” (Saraiva, 2001).

Na feira de Beja, por exemplo, cavalos, muares, burros, bovinos, carneiros e porcos, animais de caça, peles e couros, hortaliças frescas, frutas secas, castanhas e nozes, azeite, vinho, mel, cera, sal, eram trocados por produtos artesanais, utensílios diversos, madeira, metais, armas, tecidos de lã, linho, vestuário e calçados.

Paralelo ao crescimento das trocas vamos encontrar o avanço nas técnicas de construção naval permitindo a expansão do comércio marítimo. A palavra “caravela” aparece pela primeira vez em 1255. A caravela é um tipo de embarcação inventada pelos portugueses. Possuía uma vela triangular (vela latina) que lhe possibilitava navegar contra o vento. Segundo Eduardo Bueno (2000), “o pequeno calado permitia maior aproximação da terra; com cerca de vinte e dois metros de comprimento e oito de largura as caravelas eram velozes e fáceis de manobrar”. Desse modo, Lisboa se transforma numa grande cidade mercantil.

Quando o produto da terra não se destina somente a alimentar o produtor rural, e se converte em lucros para os comerciantes, temos plantada a semente do capitalismo. As relações comerciais se monetarizam, pois todos precisam de dinheiro. Mesmo o produtor rural, homem simples das aldeias, não pode passar sem ele.

Em 1383 irrompe uma crise sucessória em Portugal por que o rei, Fernando, não tinha filhos homens. Sua única filha, Beatriz, era casada com D.João I, o rei de Castela. Ora, isso significava que, se Beatriz assumisse o trono de Portugal, o país seria anexado ao reino de Castela. Os portugueses então se mobilizaram para evitar a anexação. Não aceitaram Beatriz como herdeira e clamaram para que outros parentes colaterais de Fernando se apresentassem para assumir o trono. Não faltaram candidatos, e o conflito entre eles se arrastou por dois anos, incluindo os protestos e ameaças de Castela. Em 1385 outro João, Cavaleiro e Mestre da Ordem de São Bento de Avis, irmão de Fernando, é aclamado rei.

Vale lembrar que as ordens militares vão exercer um papel de destaque durante o processo da Reconquista cristã. Elas eram compostas por monges guerreiros, mas também por cavaleiros leigos, membros da nobreza. Sua importância consiste em oferecer apoio bélico aos reis, em troca de concessão de terras e outros privilégios feudais. Na época da Reconquista, destacamos as seguintes Ordens militares: Calatrava, São Bento de Avis, Alcântara, Santiago, e a Ordem de Cristo, herdeira dos Templários quando estes foram extintos em 1314.

O Mestre de Avis vai enfrentar ainda os castelhanos, saindo-se vencedor na batalha de Aljubarrota. Estes acontecimentos marcam o fim da dinastia de Borgonha e o início da dinastia de Avis. A ascensão da realeza de Avis

vai significar o início das Grandes Navegações ou, em outras palavras, expansão comercial e marítima de Portugal.

Por que usamos a expressão “grandes navegações”? O que as diferenciavam do comércio marítimo praticado rotineiramente na Europa? O que havia de tão “grande” nelas? A questão, caro estudante, é que, no século XV, Portugal conquistou o mundo. Exagero? Vejamos.

A partir de 1415 as caravelas portuguesas se voltaram para o Atlântico. Em pouco menos de cem anos, estabeleceram bases comerciais em diversos pontos do litoral africano, chegando mesmo a contornar todo o continente e atingir, por mar, a Índia e a China. Quando a frota portuguesa chegou a Ceuta (no atual Marrocos), o mundo conhecido resumia-se às terras que circundavam o Mar Mediterrâneo e o Mar do Norte. A Índia e a China eram territórios tão distantes que, por séculos, contava-se nos dedos de uma única mão o número de europeus que tinham pisado os pés lá. Dois terços do planeta eram completamente desconhecidos do europeu que naquele momento realizava sua Revolução Comercial. Quem trouxe à tona todo o vasto litoral da África, desvendou as enormes extensões oceânicas do planeta, e chegou à Índia por um caminho que ninguém cogitava foram, justamente, os portugueses. Depois atravessaram o Atlântico e desembarcaram em um terceiro continente, absolutamente diferente dos demais. Fizeram isso em um processo contínuo de avanços entrecortados por pequenos fracassos, que nunca chegaram a impedir o sucesso da façanha. Como bem diz Saraiva (2001) “a amplitude da ação exercida pelos portugueses numa enorme parte do mundo é surpreendente; pode falar-se numa gigantesca epopéia coletiva, sem receio de exagerar o uso das palavras”. Para você ter uma noção do tamanho da façanha a que nos referimos, pegue um mapa, e localize todos os lugares que acabamos de citar. Imagine um grupo de pequenas embarcações navegando pelo litoral africano, sem mapas, a mercê dos ventos e correntes marítimas, orientando-se pela posição do sol e das estrelas, por dias a fio, enfrentando tempestades e calmarias, sem data para retornar. Os víveres tinham que ser renovados durante a viagem. A rotina era extremamente dura, desconfortável e a alimentação muito precária. Os marinheiros adoeciam com frequência. Diarréias, carência de vitaminas eram os males mais comuns. Imagine-se cercado pela imensidão do mar em uma frágil embarcação de madeira... É uma situação angustiante. A visão da terra ao longe, é uma benção.

No século XV, Portugal não era um país rico. Pelo contrário. A pandemia



Caravela - Século XV

de peste que varreu a Europa a partir de 1348 e as intermináveis guerras dos nobres entre si e contra o reino de Castela reduziram dramaticamente a população, os rendimentos das atividades econômicas e, conseqüentemente, os rendimentos da Coroa. A vida campesina entrou em um estado de profunda estagnação. Os portugueses, então, se voltaram para o mar. A vastidão do oceano à sua frente não era apenas um convite para a aventura. Era, sobretudo, uma saída para a crise que abalou toda Europa.

Sendo assim, por que outros reinos europeus não fizeram o mesmo, procurando o Atlântico para a resolução dos seus problemas? A Itália e os países da Europa do norte tinham larga tradição comercial e marítima, sólida estrutura bancária e financeira. Por que não se voltaram, também, para o grande oceano? Por que os portugueses lograram sucesso onde outros nem sequer tentaram? Quero alertar, caro aluno, que as respostas não são tão simples. A aventura do expansionismo português é fruto de diferentes impulsos e diferentes fatores. Não existe uma causa única, fundante de todo processo. Tudo em seu conjunto define as Grandes Navegações. Mostraremos agora, de maneira mais sucinta cada etapa do processo e suas respectivas motivações, até o desfecho final que é a descoberta do Brasil. Pegue um mapa. Sem mapa, não dá.

1415. Ceuta. A tomada desta pequena cidade no norte no atual Marrocos (na altura do estreito de Gibraltar) é fruto de motivações religiosas e da fome de metais preciosos. Ceuta era o destino final de caravanas

que cruzavam o Saara de sul a norte, trazendo até a cidade ouro e prata e levando mercadorias diversas trazidas por mar pelos árabes. Os portugueses queriam conhecer os segredos desse comércio. Para justificar a tomada da cidade, alegaram motivos religiosos visto que os habitantes de Ceuta eram mulçumanos e, por isso, os portugueses julgavam que tinham o direito de combatê-los.

Não pensem que a justificativa para a tomada de Ceuta foi um mero pretexto cínico e inescrupuloso. Os sentimentos religiosos daquela gente eram sinceros, e a moral da época não estabelecia limites para o combate aos infieis. Massacres e saques eram atitudes perfeitamente normais naquele contexto. O espírito cruzadístico ainda prevalecia entre a nobreza portuguesa liderada por Henrique, o filho mais novo do rei D. João I. Eduardo Bueno (1998) resume bem o significado da conquista:

“Na manhã seguinte, na mesquita da cidade, purificada e elevada a catedral celebrou-se a primeira missa na África em séculos; a tomada de Ceuta foi um momento chave da história; aquela seria a última cruzada e a primeira vitória européia sobre os árabes na África desde os dias de glória do Império Romano; seria também o início da expansão ultramarina portuguesa que se estenderia por três continentes ao longo dos três séculos seguintes”.

1425; Ilhas Canárias, Açores e Madeira. Pegue o mapa, caro aluno. Observe que estas ilhas estavam em uma posição estratégica para quem quisesse explorar o Atlântico. Elas serviam como pontos de abastecimento dos navios. Castela também disputava a posse destas ilhas. Os portugueses nunca conseguiram conquistar as Canárias, que eram (e ainda são) possessão castelhana. Mas se apossaram dos arquipélagos de Açores e Madeira. Coberta por floresta virgem e completamente desabitada, a ilha da Madeira foi desmatada num espaço de 07 anos e serviu como o primeiro ensaio para o cultivo de cana de açúcar no Atlântico.

1434. Cabo Não ou Cabo Bojador. Este promontório fica um pouco abaixo das Canárias, na costa árida e desértica da África saariana. Era o terror dos marinheiros porque as chances de retorno eram praticamente nulas. Por 12 longos anos os portugueses tentaram ultrapassá-lo sem sucesso. Os navios encalhavam no raso ou iam dar nas praias desertas. O terrível Cabo Bojador é um insignificante bojo de terra que avança para o mar, cercado de vagalhões, envolto em brumas, cujos ventos não permitiam que os navios fizessem a volta, ficando a mercê da sorte. O Bojador representava o limite do mundo conhecido, o início da “zona tórrida” que, na mente dos marinheiros, era o verdadeiro portal do inferno. As lendas diziam que a água fervia e os navios eram abalroados por terríveis monstros marinhos. Era aqui que o Atlântico fazia jus ao título de Mar Tenebroso. Para ultrapassar o Bojador era necessário se afastar bastante da costa, para além das Canárias,

e depois retornar às proximidades do litoral e seguir em frente. Dito e feito. O autor da façanha foi Gil Eanes, que conseguiu acalmar os marinheiros e tocar as caravelas em alto mar. Depois de um dia de navegação Eanes virou para sudoeste e percebeu que o Bojador tinha ficado para trás. O medo fora dissipado e a aventura exploratória dos portugueses poderia prosseguir.

1441. Cabo Verde. Entre 1441 e 1456 os portugueses exploram as praias ao sul do Bojador. Nesse período são descobertas as fozes dos rios Senegal e Gâmbia, e diversos outros acidentes geográficos importantes. Nesse processo os portugueses começam a efetuar trocas com os africanos. Novos produtos são incorporados ao comércio de longa distância tais como marfim e pimenta malagueta (uma espécie completamente desconhecida dos europeus). Mas um produto em especial era particularmente valorizado: o africano cativo. Nascia ali o tráfico de escravos que, inicialmente seria destinado às lavouras da Ilha da Madeira, Açores, ou então levados ao reino, e, mais tarde, levados ao Brasil. O rio Senegal, também conhecido como “rio do ouro”, era a fonte de onde era extraído esse metal precioso. Imediatamente o ouro entrou no circuito comercial.

É preciso deixar bem claro o caráter dessa exploração. A costa africana não era desabitada. Havia diversos reinos e grupos tribais com os quais os portugueses passaram a travar relações de troca. Produtos europeus eram levados aos africanos e trocados por ouro, marfim, madeira, cativos, pimenta, e tudo que se pudesse trocar. Era um comércio lucrativo capaz de financiar as viagens seguintes. Mas a relação entre portugueses e africanos não era uma relação de iguais. O caráter cruzadisco da exploração ainda estava bem vivo na mente dos exploradores. Por isso a noção de inferioridade do outro para justificar o uso da violência era frequentemente aplicada. Os portugueses também se apossaram de pontos estratégicos na costa africana (mas não de toda ela), instalando feitorias, ou seja, fortalezas para armazenar os produtos, enquanto as caravelas não chegavam. Em 1481 foi erguida a fortaleza de São Jorge da Mina (também chamada de Castelo da Mina ou Elmina), no Golfo da Guiné. Essa fortaleza era um entreposto de cativos e irá desempenhar um papel importante no tráfico de escravos para o Brasil.

1488. Cabo das Tormentas, depois Boa Esperança. Após a exploração do Golfo da Guiné, era preciso encontrar o fim do continente africano. A essa altura, os portugueses já tinham experiência suficiente para entender que navegando para o sul, próximo ao litoral, haveriam de encontrar o ponto em que o continente terminaria. Depois era só dobrar para leste e navegar em direção ao norte. Pegue o mapa, caro aluno e veja. Lá em cima está a Índia, banhada por outro oceano (o Indico), e cercada de lendas, mitos e sonhos.

O Oriente incendiava a imaginação dos portugueses. Os produtos trazidos aos portos do norte da África, ao Oriente Próximo, ou até as cidades do Mediterrâneo, eram distribuídos para toda Europa por um preço exorbitante. Havia toda uma cadeia de atravessadores nesse comércio, envolvendo desde

mercadores árabes, até mercadores italianos e bizantinos, que tornavam os produtos orientais muito caros. Quem tivesse acesso direto aos produtos orientais, poderia auferir grandes lucros, quebrando assim a cadeia de intermediários. Os portugueses ambicionavam chegar ao Oriente e trazer, eles mesmos, as cobiçadas especiarias, tecidos finos e joias tão valorizadas na Europa. Mas, para chegar lá, precisavam de um caminho alternativo, pois a rota do Mediterrâneo e Oriente Próximo já estava monopolizada pelos mulçumanos, os quais não admitiam concorrentes. Este caminho estava preste a ser descoberto. Bastava dobrar para nordeste no ponto em que a África terminasse. Bartolomeu Dias vai encontrar este ponto. É o Cabo das Tormentas, tão temido e difícil quanto o Cabo Bojador. E a estratégia para ultrapassá-lo foi a mesma: afastar-se do litoral e depois retornar ao litoral e seguir para o sul. Ao retornar, Bartolomeu Dias não encontrou terra. Então concluiu, corretamente, que a África acabava ali.

1498. Índia. Alguém aí é vascaíno? Mesmo não sendo torcedor do time do Vasco, preste atenção para entender por que o personagem Vasco da Gama é tão importante, a ponto de ser homenageado pelos fundadores do clube carioca de futebol. Nenhum outro navegador português foi homenageado dessa forma. Então Vasco da Gama deve ter realizado uma grande façanha! Realizou sim. Foi o primeiro europeu a comandar uma frota de navios através do Atlântico com destino à Índia (ou Índias Orientais como eles costumavam chamar genericamente aquelas terras). Ora, mas o que isso tem a ver com futebol? Nada. É que originalmente o Vasco era um clube de remo e carrega isso até hoje no seu nome: Clube de Regatas Vasco da Gama. Entendeu agora o significado da homenagem? Os atletas remadores que fundaram o clube escolheram o maior de todos os navegadores portugueses para homenagear. Após essa pequena digressão, podemos voltar ao século XV?

Vasco da Gama chegou até a Índia com 4 navios e 170 homens. Metade do percurso era conhecido e mapeado. Mas a outra metade, a costa leste da África, era ainda um mistério. Mas mesmo assim os portugueses partiram de Lisboa em 8 de julho de 1497. Oito meses depois, passavam por Sófala (atual Moçambique). A partir dali, bastava seguir as milenares rotas de navegação árabes e hindus que qualquer guia da região poderia indicar. Fico a pensar na dificuldade de comunicação visto que ninguém falava a língua do outro e eram completamente estranhos entre si. Mas, seja lá como for, em maio de 1498, Vasco da Gama chegou a Calicute. O Oriente não era mais segredo para os portugueses.

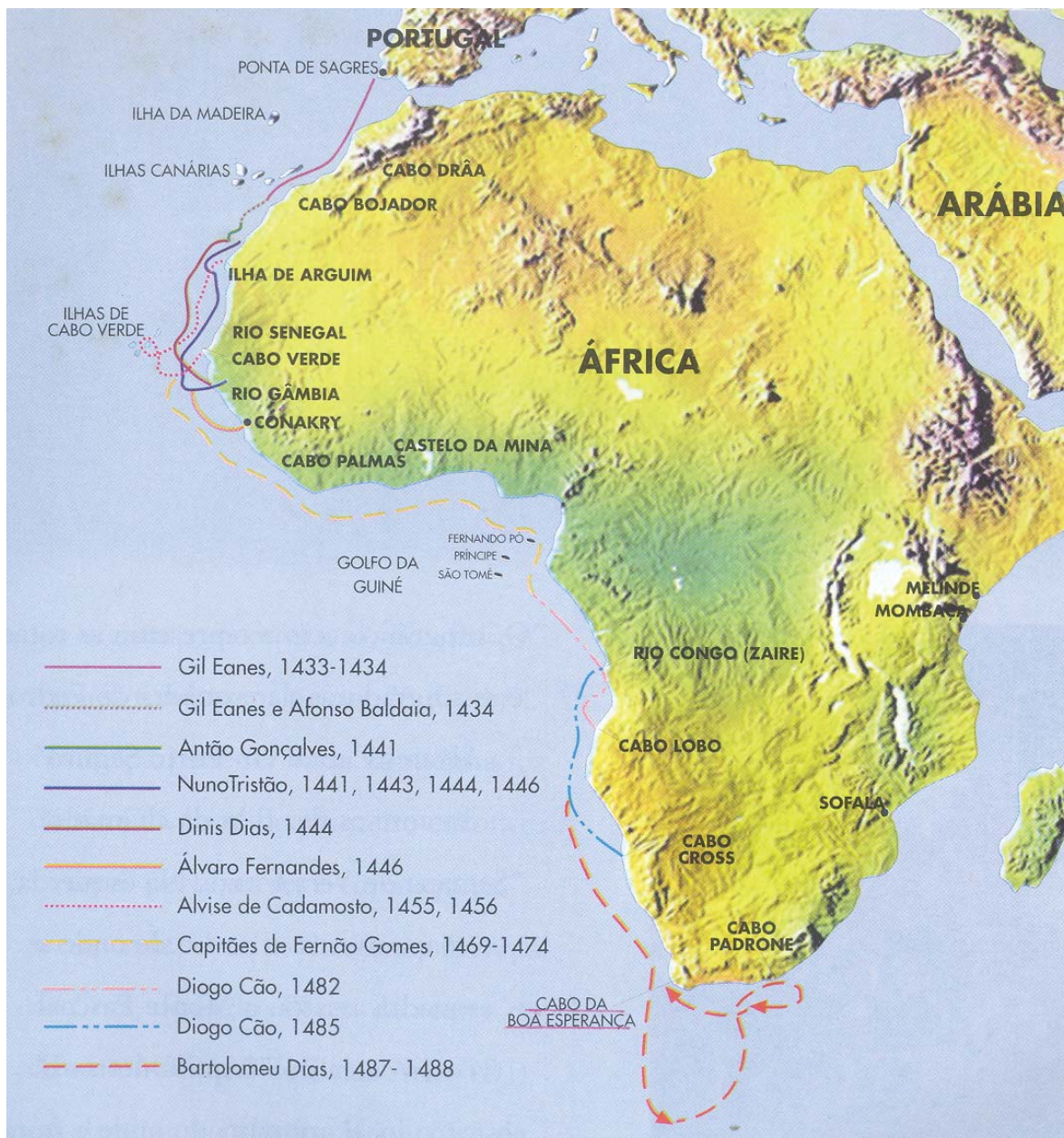
Imagine, caro estudante, o tamanho do território explorado pelo reino de Portugal! Quanto conhecimento novo foi incorporado ao já existente! Quantos mapas tiveram que ser revistos e guardados a sete chaves para uso exclusivo dos navegantes portugueses. Não só os navios foram aprimorados, mas também as técnicas e instrumentos de navegação. Ainda estamos

muito longe da precisão que hoje conhecemos. Hoje, qualquer pessoa com o equipamento apropriado, que pode ser até um telefone celular, obtém com certeza a hora, o dia, a latitude e longitude em graus minutos e segundos, de qualquer lugar. No século XV não era assim. Às vezes as caravelas andavam praticamente às cegas, sem saber com certeza em que ponto do oceano realmente estavam. Entretanto, a experiência portuguesa redundou em importante acúmulo de informações que foram muito bem aproveitadas pelos navegantes. Eles aprendiam praticando.

Mas nada disso seria possível sem a parceria entre Estado e iniciativa privada, sob a liderança do primeiro. A realeza de Avis se envolveu pessoalmente na empreitada. Tudo começou com D. João I e seu filho mais novo, D. Henrique, que reestruturou a indústria naval e recrutou os melhores cartógrafos e astrônomos europeus para avaliarem e discutirem os planos de expansão. Era o que havia de mais avançado e moderno para a época, financiado com recursos da Ordem dos Cavaleiros de Cristo, (administrados pelo próprio D. Henrique).

Vale lembrar que não só os portugueses queriam alcançar as Índias. Os castelhanos também tinham planos. E como não ousavam fustigar o litoral da África, e nem sequer saberiam como fazê-lo, por isso aceitaram a proposta de Cristóvão Colombo, um navegador italiano que foi pedir ajuda à rainha Isabel de Castela. Não tinham nada a perder. Em 1492 o navegador italiano partiu do porto de Palos com três míseras caravelas e disse que navegaria sem parar em direção ao ocidente até chegar ao Oriente, dando a volta completa no globo terrestre. Ideia interessante e original. Os portugueses sabiam de tudo, mas não se abalaram. Ninguém esperava que Colombo retornasse. Nem a rainha de Castela. Qual não foi a surpresa de todos quando, em março de 1493, Colombo retorna são e salvo, com as três caravelas, para informar que tinha chegado às Índias. Até o último suspiro ele acreditou que o grande continente onde havia chegado e explorado era as Índias Orientais. Mas não era. Os experientes navegadores portugueses diziam que não era. Não podia ser. Ainda faltavam 5 anos para a viagem de Vasco da Gama. Pense na expectativa dos portugueses em relação à descoberta de Colombo! D. João II, rei de Portugal indignou-se. Há quase cem anos que os portugueses vinham explorando a costa da África tendo em vista o caminho marítimo para as Índias. Como era possível que um desconhecido navegador italiano a serviço de Castela pudesse encontrar, em poucos meses, por mar, a tão cobiçada rota do oriente? Imediatamente o reino de Portugal pôs-se em negociações com Castela, mediadas pelo Vaticano. Dois tratados foram assinados. Um em 1493 e outro em 1494. Este último nos interessa, pois foi o que vingou. Por esse Tratado, assinado na cidade de Tordesilhas, a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde seria traçada uma linha imaginária denominada Meridiano de Tordesilhas. Todas as terras descobertas e por descobrir a oeste dessa linha seriam de Castela, e a leste, seriam de Portugal. Com isso Portugal garantia a exclu-

sividade da exploração da costa africana, e tentaria ganhar alguma coisa que, por ventura, pudesse existir a oeste do Meridiano. Os portugueses sabiam o que tinha lá? Claro que não. Mas, intuitivamente, D. João II e seus cartógrafos esperavam, por certo, encontrar alguma coisa, talvez algumas ilhas (os navegadores eram obcecados por ilhas)... Quem sabe? Se não, o que estariam fazendo no meio do Atlântico aquelas aves que os navegadores sempre avistavam quando se afastavam muito em direção ao oeste? Aves não vivem no meio do oceano. Devia haver terra por ali. O que seria?



A Conquista do Cabo da Boa Esperança - 1415 -1494

Quando Vasco da Gama retornou da Índia, em 1499, o reino de Portugal armou uma poderosa esquadra para voltar e firmar as bases do comércio com o oriente. As cidades indianas eram muito mais ricas e suntuosas do que qualquer outro lugar conhecido pelos portugueses. Os primeiros contatos foram difíceis porque os indianos não estavam totalmente convencidos da necessidade de entregar suas preciosas mercadorias para aqueles homens que eles consideravam bárbaros e intolerantes. Mesmo assim a viagem de Vasco da Gama foi extremamente lucrativa, pois trouxe uma carga 60 vezes mais valiosa que o custo da expedição, o que representava um lucro de 4.700%! Esta carga era composta, principalmente, por especiarias tais como pimenta do reino, cravo, canela e nós moscada. Estes produtos hoje podem ser encontrados em qualquer supermercado por preços baratos e acessíveis. Mas no século XV, valiam uma pequena fortuna, tinham seu preço estipulado em ouro. Só os ricos podiam consumi-los e serviam para conservar ou dar sabor aos alimentos. Se vocês soubessem como a dieta europeia era sem graça, iriam entender o valor destes condimentos. Também havia os tecidos finos, de seda ou de algodão, bordados a ouro, e as joias.

Valia a pena voltar à Índia e estabelecer entrepostos comerciais permanentes? Claro que valia. E os portugueses não perderam tempo. Em 8 de março de 1500 partiram de Lisboa 13 navios e 1.500 homens. Era a maior frota já armada por um país europeu. Para comandá-la foi recrutado um jovem de 33 anos, membro da nobreza, chamado Pedro Álvares Cabral que seria o chefe militar e diplomático da missão. Cabral recebeu orientações detalhadas do rei, D. Manuel, e do próprio Vasco da Gama. Também foram recrutados os melhores pilotos e navegadores disponíveis no reino naquele momento. O objetivo era impressionar e intimidar os indianos. As embarcações carregavam canhões e tropas de artilharia e infantaria. Os portugueses estavam dispostos a qualquer coisa para se estabelecerem definitivamente como parceiros comerciais dos marajás da Índia.

Uma expedição como essa não poderia ter sido montada sem participação da Coroa, mas contou também com o financiamento de banqueiros e comerciantes italianos de toda Europa, cada um contando com sua cota no negócio. A Ordem de Cristo, também teve importante participação na empreitada. Não é à toa que, desde os tempos da conquista de Ceuta, todos os navios portugueses ostentavam em suas velas uma enorme cruz de malta, símbolo da Ordem. Cabral partiu em sua missão comercial e guerreira rumo ao reino das especiarias. Toda Europa aguardaria ansiosa os resultados dessa missão.

Por fim, é necessário apontar as fontes históricas que nos permitem reconstituir os passos das grandes navegações portuguesas do século XV. O processo de expansão não poderia passar despercebido aos contemporâneos da época. Alguns se destacaram, no sentido de registrar, a mando do governo, todos os acontecimentos. Não eram historiadores no sentido pleno da palavra. Estavam mais para “jornalistas” ou cronistas

como era o costume da época. Entre estes cronistas, o mais célebre foi Gomes Eanes Zurara e seus dois livros clássicos “Crônica da Tomada de Ceuta” e “Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné”. Zurara era Cavaleiro e Comendador da Ordem de Cristo, amigo e contemporâneo de D. Henrique. Existe ainda o precioso diário de Vasco da Gama escrito pelo próprio navegador, que relata sua viagem à Índia. Mas isso não é tudo. Existe também a vasta documentação oficial como cartas e ordens reais, relatos de outros navegadores e centenas de mapas que estão guardados nos arquivos portugueses. Todo esse material e o trabalho incansável dos historiadores (Max Justo Guedes, Jaime Cortesão, Capistrano de Abreu, etc) nos permitem reviver essa história, e tentar compreender aquele mundo tão estranho e tão distante de nós.

CONCLUSÃO

O reino de Portugal, cujo território é menor que o atual estado de Pernambuco, em comparação com a maioria das monarquias medievais europeias, é considerado pequeno e frágil. Mas não obstante essa aparente fragilidade, o reino lusitano foi o primeiro a perceber a importância de expandir suas atividades comerciais e o domínio de terras e mares. Durante mais de um século, sucessivos governantes, motivados por interesses econômicos e religiosos mobilizaram o país para a exploração e conquista de novos mundos. Os portugueses foram navegadores audaciosos e pioneiros, protagonizaram uma das mais dramáticas sagas da humanidade, abrindo caminho para a diversificação econômica e cultural da Europa.

RESUMO

Nesta aula nós discutimos o conceito de modernidade e analisamos os fatores ou motivações que permitiram a expansão comercial e marítima de Portugal, também chamada de Grandes Navegações. Apresentamos as origens do reino e sua vocação expansionista forjada na Guerra de Reconquista Cristã na Península Ibérica. Finalizamos com as etapas da expansão marítima e a viagem de Vasco da Gama, que vai possibilitar a montagem da armada de Pedro Álvares Cabral. Na próxima aula vamos analisar a viagem do descobrimento do Brasil, os primeiros 50 anos da colonização e os traços gerais da organização administrativa portuguesa no Brasil.



ATIVIDADES

1. Prezado estudante, você está fazendo um curso de nível superior o qual exige o domínio de certos conhecimentos que você não pode deixar de ter. Por isso, não perca tempo. Pegue um dicionário da língua portuguesa e procure desvendar o significado daquelas palavras que estão nesta aula, mas você desconhece. Faça uma lista, anote e retorne ao texto para uma nova leitura. Você vai aumentar seu vocabulário e compreender melhor a aula.
2. Os conhecimentos geográficos também são importantes. O que você está esperando? Ande com um atlas debaixo do braço. Você vai encontrar bons atlas na biblioteca ou nas grandes livrarias. Adquira um desses e guarde com você. Vai servir para toda vida. Procure todos os lugares, oceanos e acidentes geográficos que foram citados nesta aula. Faça uma lista e localize-os.
3. Se você fosse escolher os fatores ou motivações que possibilitaram o expansionismo português do século XV, quais você destacaria? Justifique suas escolhas.
4. Explique o que é “modernidade”.
5. Leia mais. Não se contente somente com o texto dessa aula. Recomendamos o livro de Eduardo Bueno “A Viagem do Descobrimento” facilmente encontrado em qualquer livraria ou para aquisição pela internet. Comece a formar sua biblioteca de História do Brasil.



CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES

TELLES, Augusto Carlos da Silva – Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. Rio de Janeiro: MEC 1985.

HEERKENOFF, Paulo – O Brasil e os Holandeses 1630 -1654. Rio de Janeiro: GMT Editores 1999.

BANDEIRA, Julho & LAGO, Pedro Corrêa do – Debret e o Brasil Obra Completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

REFERÊNCIAS

BUENO, Eduardo – A Viagem do Descobrimento. A Verdadeira História da Expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

_____. Naufragos Traficantes e Degredados. As Primeiras Expedições ao Brasil 1500-1531. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

_____. Capitães do Brasil. A Saga dos Primeiros Colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

COELHO, Antonio Borges – Os Argonautas Portugueses e seu Velo de Ouro. Séculos XV e XVI em TENGARRINHA, José (Org.), História

de Portugal, Bauru(SP):EDUSC,São Paulo(SP):UNESP, Lisboa:Instituto Camões, 2001.

ALMEIDA, Antonio Augusto Marques de – Saberes e Práticas de Ciência no Portugal dos Descobrimentos, em TENGARRINHA, Op. Cit.

HESPANHA, Antonio Manuel – As Estruturas Políticas em Portugal na época Moderna, em TENGARRINHA, Op. Cit.

FAORO, Raimundo – Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Vol. 1. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Stuart – Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. São Paulo: Perspectiva, 1979.